

RELATÓRIO SETORIAL BANCOS

I – PANORAMA DO RISCO DO SETOR BANCÁRIO NO BRASIL

O que esperar para 2019

- *A despeito do ambiente de incertezas e imprevisibilidade, a visão do RISKbank permanece otimista para o setor nos próximos dois anos, diante dos bons fundamentos conquistados pelas instituições, conforme detalhados adiante. Soma-se a isso, a regulamentação bancária eficaz que segue promovendo a resiliência do Sistema, em busca de eficiência e segurança, com medidas direcionadas para redução da concentração bancária e da participação dos bancos públicos.*
- *Contudo, continuamos atentos a alguns bancos médios e pequenos que operam alavancados em crédito para empresas, pouco rentáveis e que possuem concentração em ativos. Do lado ao passivo, permanece a necessidade de continuarem buscando captações mais longas e diversificadas, para acompanharem a volta da demanda por crédito, embora já venham obtendo sucesso com captação via plataformas digitais para pessoas físicas. Frisa-se que grande parte dessa captação ainda é concentrada em poucas distribuidoras e corretoras, o que pode elevar o risco de liquidez em momentos de stress.*
- *O setor vem passando por rápida transformação com o avanço das inovações tecnológicas nos serviços financeiros, motivadas com a chegada das fintechs e bancos digitais no Brasil. Para acompanhar essa tendência, diversos bancos têm realizado pesados investimentos em tecnologia e em processos de digitalização, trocando a plataforma física para virtual, em busca de canais de distribuição mais ágeis e custos menores. O avanço tecnológico criou um grande desafio para os bancos de todos os portes no Brasil, que terão que adequar seu modelo de negócios para atender as novas demandas dos clientes e se ajustar a um sistema mais dinâmico, competitivo e aberto.*
- *Acreditamos que as fusões e parcerias entre os bancos de menor porte continuarão se intensificando nos próximos dois anos, para sobreviverem a esse ambiente mais desafiador de juros baixos e alta concorrência. A redução de custo é limitada, o sistema está mais regulado e a tecnologia exige pesados investimentos para acompanhar essa revolução.*

Principais Fatores de Riscos e Perspectivas

De uma forma geral, os bancos públicos e privados no Brasil se mostraram resilientes ao mais longo período de recessão e estagnação no país, encerrando o exercício de 2018 menos alavancados em ativos de risco, elevada liquidez e capitalização. Com isso, iniciaram 2019 preparados para enfrentar um novo ciclo de expansão do crédito considerando uma possível retomada do crescimento econômico. Contudo, destacamos os principais riscos que o setor irá enfrentar em 2019 e nossas perspectivas.

✓ *Risco político e macroeconômico*

Os fundamentos macroeconômicos e políticos permanecem desafiadores, sobretudo no campo fiscal, e o crescimento econômico é incerto. Os agentes econômicos iniciaram o ano com expectativas positivas quanto à política econômica do novo governo Bolsonaro, de pensamento liberal, que anunciava medidas de forte ajuste fiscal, que estimulem a estabilidade macroeconômica, bem como a competitividade e produtividade da economia. O destaque foi o compromisso com a aprovação da Reforma da Previdência, que é fundamental para o cumprimento do teto de gastos públicos, dado o impacto de grande alcance, garantindo assim um amplo controle fiscal e um crescimento sustentável no longo prazo para o País.

No entanto, nos primeiros quatro meses do governo Bolsonaro, vimos sua dificuldade em obter apoio político para aprovação das reformas, em especial da Previdência, além de sua postura polêmica, trazendo ainda mais incertezas quanto ao andamento das reformas vitais para o crescimento sustentável da economia. Adiciona-se a isso o fraco desempenho da atividade econômica no final de 2018 e no 1T19, que levaram à reversão das expectativas otimistas, provocando uma nova onda de revisões baixistas para economia. Segundo o relatório Focus do Banco Central, as projeções dos bancos para o crescimento do PIB em 2019 foram rebaixadas recentemente para 1,7%, contra 2,6% no final do ano passado.

Por fim, o desempenho da atividade econômica em 2019 está fortemente dependente da aprovação da reforma previdenciária e da habilidade da equipe em implementar as reformas microeconômicas, incluindo privatizações e concessões. Apesar das frustrações vistas no início do governo Bolsonaro, nossa expectativa ainda é positiva.

✓ *Risco de Liquidez*

O Sistema como um todo continua muito líquido e bem preparado para uma retomada mais efetiva da concessão de crédito nos próximos dois anos. Os anos de crise e a cautela nos empréstimos levaram não apenas à desalavancagem do setor, mas também operar com elevada liquidez. Carregar ativos líquidos com a Selic rodando em 6,5% a.a. não gera otimização de resultados, o que motivou os **grandes bancos privados** a ampliar ou manter elevada a distribuição de dividendos/JCP. É provável que o *pay-out* seja menor em 2019, mas, na outra ponta, a retenção de lucro possibilita manter robusta a qualidade de capital (Nível I), sem necessitar de aportes de capital.

Já os **bancos públicos** mantiveram política de maior retenção de resultados, preservando a estratégia de fortalecimento de seus balanços após período de forte crescimento do crédito e de perdas decorrentes da deterioração das carteiras, o que resultou em restrições de capital para essas entidades.

Para os **bancos pequenos e médios**, a restrição de *funding* e a Liquidez deixaram de ser um problema, na medida em que passaram a ter acesso à captação junto a pessoas físicas através de canais digitais. A base mais pulverizada de clientes os ajudou a enfrentar essa crise sem grandes turbulências em seu fluxo de caixa, beneficiado pela garantia de seu depósito em até R\$ 250 mil do FGC, por CPF. Dado o forte crescimento dessa modalidade de captação desde 2017, boa parte dos bancos médios e pequenos passou a investir em plataformas digitais próprias, a fim de reduzir a dependência das corretoras e distribuidoras. Alertamos, contudo, para a concentração deste mercado em poucos *players*, o que pode elevar o risco de liquidez dos bancos menores, sugerindo a busca por novas fontes de captação para financiarem o crescimento do crédito.

✓ *Risco de Crédito*

Embora menor com a queda dos créditos problemáticos, reforço das garantias e o maior rigor nas políticas de concessão dos bancos, o risco de crédito poderá voltar a se elevar em 2019 caso o crescimento do crédito se acelere e os bancos voltem a assumir maiores riscos com **empresas de porte ou pessoas físicas sem colaterais**. Lembramos que as flutuações no câmbio, volatilidade em todos os mercados, aperto monetário americano, conflitos internacionais, bem como a

demora na aprovação das reformas estruturais importantes podem adiar uma recuperação mais acelerada do crescimento econômico. Frisa-se que as empresas *corporate*, embora já venham sinalizando com menor índice de inadimplência, ainda demandam atenção, já que o montante de renegociação e reestruturação se elevou consideravelmente nos últimos anos e, caso a retomada não ocorra de forma efetiva, pode se reverter em mais inadimplência.

Já o segmento de PME registrou queda da inadimplência, mas o patamar em que se encontra ainda é elevado. Da mesma forma, os bancos que operam no varejo devem agir de forma mais cautelosa em 2019, apesar da melhora verificada nos índices de atraso nos últimos dois anos. Continuam as preocupações com o financiamento imobiliário, consignado e cartão de crédito, em face à manutenção do desemprego e endividamento das famílias em nível elevado. Quanto ao financiamento de veículos, a melhora mercadológica no segmento, com aquecimento nas vendas, aumentou a carteira de crédito para o setor, exigindo cautela para 2019.

✓ *Qualidade dos Resultados*

Tendo como premissa a aprovação das reformas estruturais ainda esse ano, o crescimento econômico será acelerado, os bancos voltarão a buscar alavancagem e a qualidade dos resultados irá melhorar, garantida pela expansão do crédito e a assunção de maiores riscos, compensando o menor nível de taxa de juros e “spreads”. Adicionalmente, serão beneficiados pelas reversões de provisões para crédito diante da melhora do Ebtida das empresas e queda do desemprego. Além disso, contarão com novos ganhos de eficiência dado o maior volume de empréstimos e receita de serviços mais robusta, destacando o *cross selling* com outros produtos, entre eles cartões, Previdência, seguros e administração de fundos.

Caso as reformas importantes não tenham êxito nas aprovações em 2019, o crescimento do crédito seguirá fraco, o desemprego e a volatilidade dos mercados elevados, inibindo uma melhora efetiva do resultado dos bancos. Por outro lado, os bancos manterão um maior conservadorismo na concessão de crédito, evitando assumir maiores riscos. O bom desse cenário de baixo crescimento é que o setor manterá em 2019 os bons índices de qualidade da carteira, Liquidez e Basileia. Contudo, em 2020 ocorreria um novo ciclo recessivo, levando a novas deteriorações na qualidade dos ativos e resultados dos bancos.

Quando nos voltamos para os bancos pequenos e médios, os desafios são mais elevados diante da menor diversificação de receitas. As instituições que operam mais focadas em tesouraria e crédito para grandes empresas continuam com mais dificuldade de recuperar os níveis de retorno de antes da crise. Outras, contudo, aproveitaram o ambiente mais favorável e o recuo dos bancos de varejo para crescer carteira de crédito em diversos segmentos, especialmente PF e PME, compensando assim os menores “spreads” e mantendo o ROE elevado. Estimamos que, na média, o ROE deve permanecer abaixo dos bancos grandes, prejudicado pelo menor volume de crédito, despesas com reestruturação operacional, investimentos em tecnologia e menores receitas de tesouraria.

✓ *Qualidade do Capital*

Em 2018 foram concluídos todos os ajustes e deduções regulamentares no Capital Principal referentes ao crédito tributário, intangíveis e participações, e em 2019 as normatizações de Basileia III passaram a vigorar na plenitude. **Ainda assim, os índices de capitalização dos bancos no Brasil continuam bem superiores ao mínimo regulamentar.**

Isso demonstra, além desses sólidos índices, a qualidade do capital do setor bancário brasileiro, contribuindo para protegê-lo de conjunturas adversas. Da mesma forma, os bancos se encontram bem preparados para acompanhar novo ciclo de crescimento do crédito, com folga de capital para futuras alavancagens, bem como mantêm um nível de provisões adequado em caso de deterioração do risco de crédito. O CMN continua aperfeiçoando o conceito de capital regulatório, de modo a garantir

que o requerimento de capital é adequado para absorver perdas e minimizar a possibilidade de um risco sistêmico no Brasil.

✓ *Ameaça das fintechs e Open Banking*

As *fintechs* chegaram e vão acirrar a concorrência com os bancos de porte. As chamadas *startups* do setor financeiro buscam inovações em seus serviços para crescer crédito junto a clientes de varejo via rede digital. Além de taxas de juros mais baixas, as *fintechs* oferecem capital de giro acessível, análise de crédito mais ágil e personalizada e operações 100% *on-line*. Da mesma forma, o *Open Banking* prevê a abertura para concorrentes de informações das contas de clientes (dados cadastrais, produtos financeiros e de pagamentos), desde que estes assim o autorizem.

Para acompanhar essas transformações, diversos bancos têm realizado pesados investimentos em tecnologia e em processos de digitalização, em busca de canais de distribuição mais ágeis e custos menores. Alguns até mudaram a marca para se ajustar ao modelo digital e ganhar novos clientes, como exemplos citamos: o Banco Inter, Banco BTG Pactual, Agibank, Banco Neon, Banco Next (Bradesco), Superdigital (Santander), BS2, Digi+ (A.J.Renner) entre outros. Contudo, os custos fixos para os bancos de porte são elevados e a transição para plataforma digital será de forma gradual.

Embora pareça uma ameaça, no médio e longo prazo consideramos positivo para os bancos a entrada desses novos participantes, na medida em que os investimentos em tecnologia irão se traduzir em ganhos de eficiência com otimização de custos, inovação, agilidade, expansão da base de clientes e *cross selling* de produtos.

✓ *Regulamentação Bancária*

O Banco Central e o CMN seguem criando medidas para aumentar a eficiência do sistema financeiro, baixar o custo do crédito, manter a estabilidade financeira e reduzir a concentração bancária no Brasil, que permanece extremamente alta.

Como destaque, em 2018 as *fintechs* passaram a ser reguladas pelo Bacen, afora o Governo ter aprovado, por Decreto, que a participação de capital estrangeiro poderá chegar a 100%. Essas medidas contribuirão muito para acelerar o crescimento das *fintechs* no Brasil, garantindo maior segurança tanto para os empresários, quanto para os clientes que realizam as operações. Quanto ao *Open Banking*, será colocado em consulta pública no segundo semestre sua regulamentação, que será obrigatória, neste primeiro momento, apenas para os bancos de grande e médio porte.

Essas liberações devem aumentar a concorrência no setor bancário. Este é um dos pontos nos quais o Banco Central vem se concentrando para tentar reduzir os elevados juros cobrados pelos bancos tradicionais.

Passou a vigorar a partir de 2019, uma Resolução do CMN que permite aos bancos conceder crédito a empresa relacionada ou a pessoas ligadas ao mesmo Grupo econômico, bem como o aprimoramento das regras aplicáveis aos limites de exposição por clientes e por exposições concentradas. Estas novas regulamentações aproxima o País de práticas internacionais. O risco envolvido trata-se de interesses em alocar *funding* cujas empresas não registrem boa capacidade financeira. Mas a Governança, limites de alavancagem por empresa do Grupo e o acompanhamento do Bacen servem como mitigações de riscos.

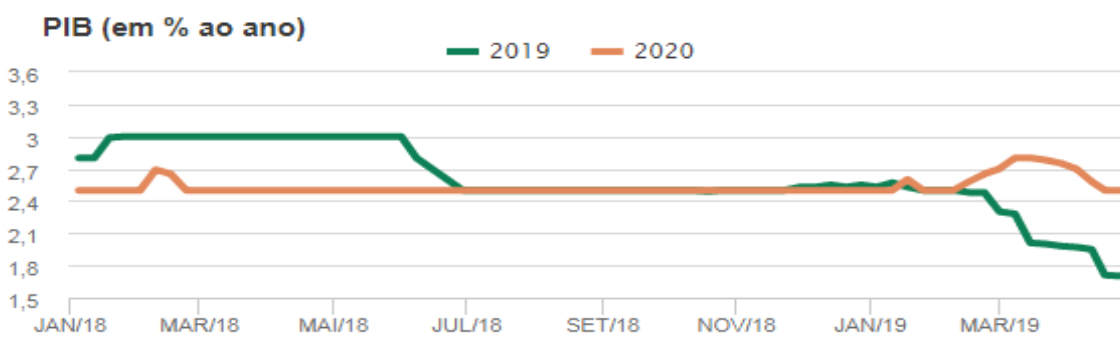
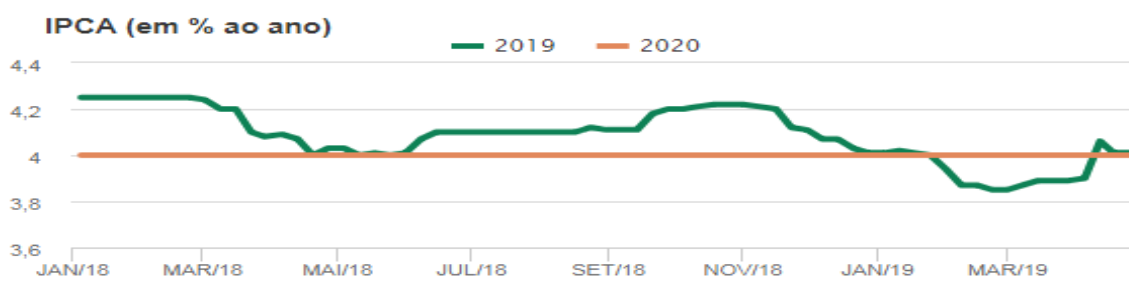
Outra regulação importante que entrou em vigor em abr.19 foi o novo modelo de trava bancária para recebíveis. As credenciadoras poderão transferir seus recebíveis de uma instituição para outra, desde que os ativos não sejam garantia de operações de crédito nos bancos em que foram depositados. Essa medida tem o intuito de mitigar o risco e aumentar a competição na oferta de crédito.

II - PANORAMA MACROECONÔMICO

A divulgação de dados sobre atividade econômica no Brasil tem ensejado uma nova rodada de revisões baixistas nas estimativas de crescimento. O consenso do mercado, compilado pelo Banco Central, para o crescimento do PIB em 2019, apontava para 2,6% ao final de 2018, passando a 1,7% em 26.abr.19. Observamos que há várias possíveis explicações, não necessariamente excludentes, tanto conjunturais quanto estruturais, para esse desapontamento com a evolução da atividade. Uma delas é que estaríamos sentindo os efeitos defasados dos choques de 2018: a paralisação no setor de transportes e recessão argentina. Há também fatores climáticos que podem estar prejudicando o setor agropecuário e a geração de energia, mas seus efeitos tendem a ser limitados. Outra vertente de explicações está associada à crise fiscal brasileira. No âmbito Federal persiste a incerteza sobre o progresso das reformas, em especial à da Previdência, que ajuda a travar os investimentos e os gastos de consumo de valor elevado.

Boletim Focus – Indicadores de mercado

Variação das medianas das previsões semanais dos analistas consultados pelo BC

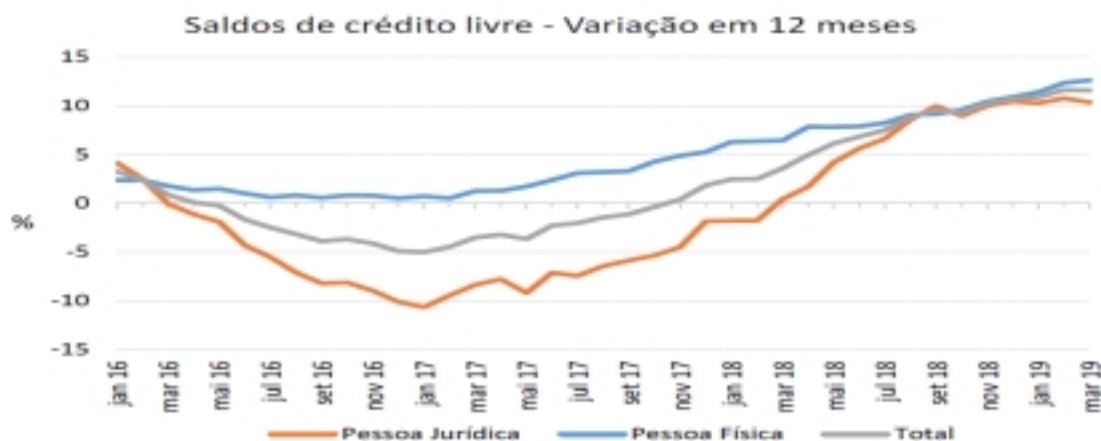


No âmbito dos Estados da Federação, o ajuste fiscal forçado que se observa em certos Estados e Municípios, com atrasos seletivos no pagamento de aposentados, funcionários e fornecedores, tem impacto direto sobre a atividade. E há também o reposicionamento dos bancos públicos, que é parcialmente compensado pela intensificação da atividade no mercado de capitais local. Isso sem contar com as incertezas internacionais derivadas de choques políticos entre os EUA e China, afóra desaceleração na Comunidade Europeia e processo do Brexit.

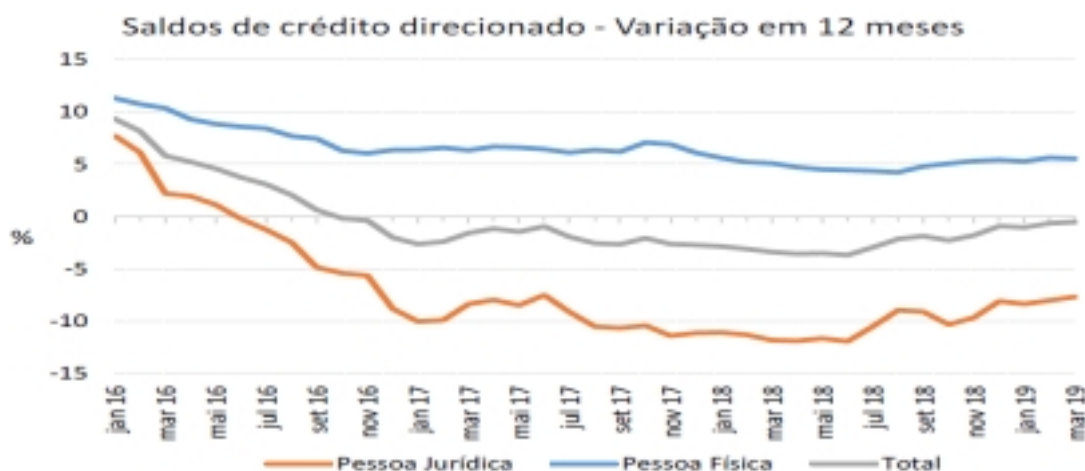
CRÉDITO E INADIMPLÊNCIA

O saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) alcançou R\$ 3,3 trilhões em março de 2019, com expansão de 0,7% no mês. O saldo destinado a pessoas jurídicas cresceu 0,8%, somando R\$ 1,4 trilhão, enquanto a carteira de pessoas físicas aumentou 0,6%, totalizando R\$ 1,8 trilhão. No primeiro trimestre do ano, o saldo de crédito cresceu 0,3%. Nos últimos doze meses houve expansão de 5,7%, 9,2% no crédito às famílias e 1,6% no crédito às empresas. A relação crédito PIB ficou estável no mês, em 47,1%, mas avançou 0,4 p.p. em doze meses.

As operações de crédito com recursos livres a pessoas físicas alcançaram saldo de R\$ 971 bilhões (aumentos de 0,9% no mês e de 12,6% em doze meses). No mês destacaram-se as operações de crédito pessoal (consignado e não consignado) e os financiamentos de veículos. O crédito livre para pessoas jurídicas atingiu R\$ 807 bilhões (+1,9% no mês e + 10,3% em doze meses). As modalidades que mais se destacaram foram o desconto de duplicatas e recebíveis, a antecipação de faturas de cartão, a aquisição de veículos e os adiantamentos sobre contratos de câmbio.

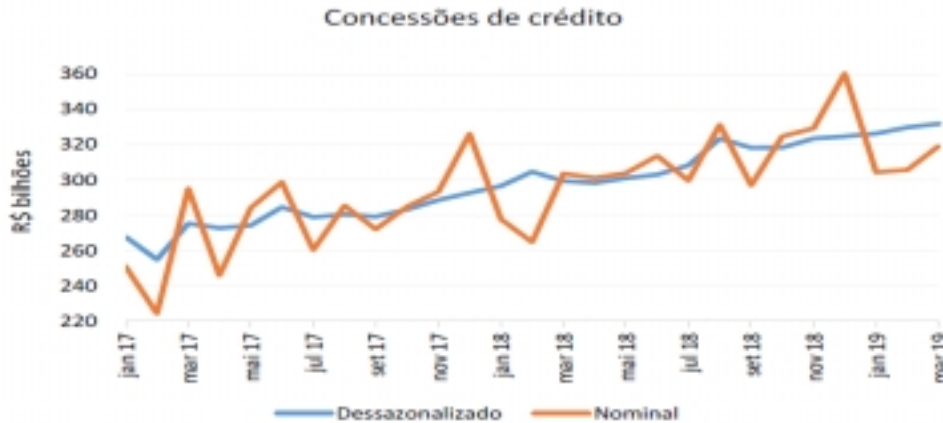


Nas operações com recursos direcionados, o crédito às famílias cresceu 0,4% no mês e 5,5% em doze meses, alcançando R\$ 857 bilhões, destacando-se os financiamentos imobiliários com taxas reguladas.



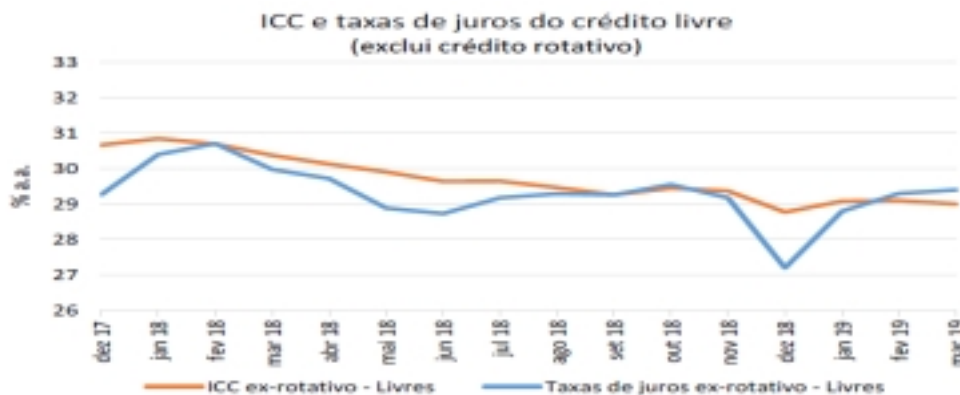
O crédito às empresas com recursos direcionados se manteve em declínio: 0,5% no mês e 7,7% em doze meses, totalizando R\$ 633 bilhões, refletindo as menores contratações de linhas de crédito do BNDES, sobretudo.

As concessões de crédito, por sua vez, registraram R\$ 319 bilhões em março (+4,4% no mês). No acumulado do ano, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, houve crescimento de 9,9% (+10,3% para pessoas físicas e +9,5% para pessoas jurídicas). Considerando-se a série dessazonalizada, as concessões totais cresceram 0,6% no mês (+4,4% no crédito às famílias e -1,8% no crédito às empresas).



O Indicador de Custo do Crédito (ICC), média do custo de toda a carteira do SFN, situou-se em 21% a.a. em março, com reduções de 0,1 p.p. no mês e de 0,5 p.p. em doze meses. No crédito livre não rotativo, o ICC recuou 0,1 p.p. no mês, situando-se em 29%. O *spread* geral do ICC situou-se em 14,3 p.p. (-0,1 p.p. no mês e -0,1 p.p. em doze meses).

A taxa média de juros das operações contratadas em março alcançou 25,3% a.a., registrando aumento de 0,3 p.p. no mês e redução de 0,8 p.p. na comparação interanual. A elevação mensal refletiu o aumento nas operações livres a pessoas físicas de 0,6 p.p., cuja taxa média de juros atingiu 53,7% a.a., com aumentos em cheque especial (4,8 p.p.), crédito pessoal não consignado (1,2 p.p.), cartão de crédito rotativo (4 p.p.) e cartão de crédito parcelado (7,9 p.p.). No crédito livre a empresas, a taxa média das concessões permaneceu estável em 19,8% a.a..



Em linhas gerais, os indicadores de crédito e de risco evoluíram de maneira positiva em 2018, bem como no primeiro trimestre de 2019, com melhora na qualidade das carteiras e redução das baixas a prejuízo. Apesar de algum grau de oscilação, o ambiente macroeconômico mostrou gradual recuperação em 2018, com impacto positivo para o financiamento de crédito às famílias e às empresas. Mas preocupam as sinalizações mais recentes da atividade, em termos de perda de força no crescimento, conforme assinalado no início deste Relatório.

O movimento de retomada até aqui verificado ocorreu principalmente nas modalidades de crédito para pessoas físicas e nos bancos privados, especialmente nas concessões de crédito com recursos livres. No caso do crédito às pessoas jurídicas houve um crescimento real positivo nos oriundos de recursos livres, mais que compensando as variações negativas nos créditos de origem direcionada. Além disso, para tais tipos de devedores, o crescimento do financiamento via mercado de capitais manteve-se como destaque em 2018. Em números, segundo o Relatório de Estabilidade Financeira (REF) divulgado pelo Banco Central em abril de 2019, a expansão do mercado de capitais no intervalo do segundo semestre de 2018 foi de R\$ 25,4 bilhões e R\$ 64,6 bilhões no ano (7,3% e 20,8%, respectivamente).

Apesar de o estoque ter ficado estável no último trimestre, as emissões continuaram a ocorrer em volume expressivo, mas foram neutralizadas no agregado por um grande resgate ocorrido. É importante frisar que a mudança na estrutura de financiamento não tem sido uniforme dentro do mercado de capitais, sendo concentrada em poucas empresas e em setores específicos, como Saúde, Saneamento e Educação, Telecomunicações e Energia.

Ainda segundo o REF, divulgado em abril de 2019, para os próximos meses a tendência é de manutenção do cenário de crescimento do crédito livre, especialmente nas modalidades menos arriscadas. No mercado de capitais, a expectativa é de que as emissões mantenham a tendência de crescimento, dado o cenário de taxas baixas de juros, grande liquidez na economia e busca de rentabilidade pelos fundos de investimento e demais participantes deste mercado.

Pelo ângulo do índice de inadimplência *over 90* do Sistema, este foi de 3,0% em março de 2019, com queda de 0,3 p.p. em doze meses (3,3% em março de 2018). Em recursos livres, o índice de inadimplência manteve-se em 3,9% no mês e queda de 0,9 p.p. em doze meses. Esses indicadores refletem os ajustes nas carteiras de crédito dos bancos do Sistema, sobretudo na vertente de crédito em pessoas jurídicas, mais impactada pelos períodos de crise e lenta retomada de 2018.

Mesmo com o enfraquecimento da economia no primeiro trimestre de 2019, os indicadores de risco de crédito permaneceram em trajetória de melhora, no âmbito da qualidade da carteira. Os ativos problemáticos registraram queda no período e a melhora da qualidade da carteira foi determinada principalmente pela redução da inadimplência, que manteve a trajetória de queda iniciada no primeiro semestre de 2017, em quase todos os segmentos de bancos.

Embora a tendência de melhora na qualidade da carteira tenha se mantido nos primeiros meses de 2019, espera-se que a trajetória de queda dos ativos problemáticos perca força nos próximos semestres. Essa expectativa ampara-se na avaliação de que a carteira de pessoa física já pode ter finalizado a materialização de perdas do período de crise, enquanto a carteira de crédito a empresas de grande porte ainda tende a apresentar volume expressivo de renegociações. O índice de cobertura (IC) dos ativos problemáticos permaneceu ao longo dos últimos seis anos acima dos 80%.

Logo, a manutenção do IC, inclusive no período mais crítico de materialização de risco ocorrido entre 2015 e 2016, reforça a avaliação de que é adequado esse nível de cobertura, bem como a capacidade dos bancos de manter provisões para suportar perdas em sua carteira de crédito compatíveis com os riscos assumidos. Nossa expectativa passou a ser mais cautelosa para o desempenho do crédito do Sistema, podendo atingir taxa de 7% em 2019 (5% em 2018), sendo que a anterior era de 9%, puxada pela vertente de pessoas físicas, destacando-se o imobiliário, bem como o mercado de capitais aquecido.

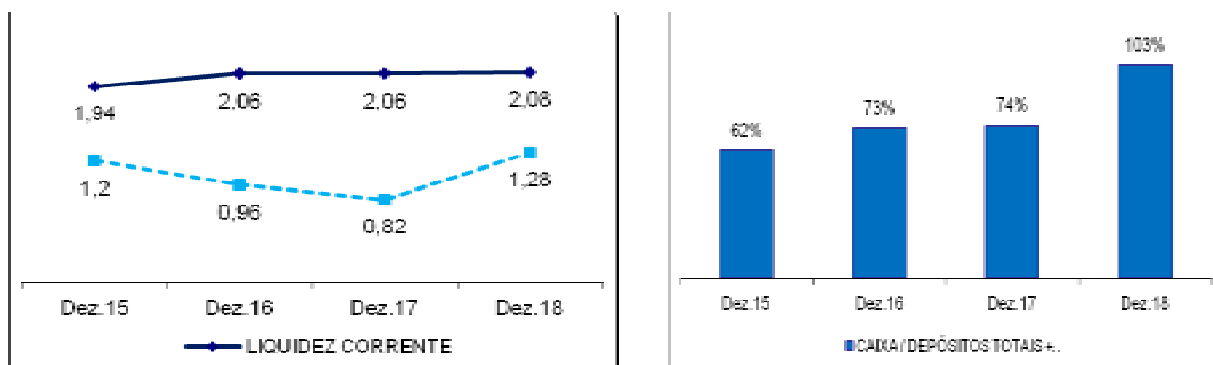
III - PANORAMA DE RISCO E PERFORMANCE DOS BANCOS MÉDIOS E PEQUENOS

Como fazemos todo trimestre, analisamos a evolução dos indicadores de risco e performance de 50 bancos pequenos e médios entre 2015 e 2018, período marcado pela mais longa recessão e estagnação da atividade econômica. Ressaltamos que todos os índices que medem risco de crédito, liquidez, capitalização e performance vêm mostrando gradual melhora desde 2017 e que o sistema se mantém resiliente para enfrentar conjunturas adversas, além de bem capitalizado para iniciar um ciclo de acelerado crescimento. (tabela comparativa no Anexo)

RISCO DE LIQUIDEZ E GESTÃO DE ATIVOS E PASSIVOS – Melhor em todos os níveis

O risco de liquidez em 2018 atingiu seu menor nível, em que pese a lenta retomada do crédito neste período. Isso mostra que os bancos de menor porte continuam cautelosos com o cenário de incertezas, buscando preservar os ativos líquidos em elevado patamar. Os gráficos a seguir mostram que os índices de Liquidez Corrente e de Curto Prazo atingiram seu ápice em dez.18, bem como o Caixa Livre/Depósitos Totais, LCI e LCA, que alcançaram a marca de 103%.

Entre 2014 e meados de 2017 assistimos uma forte desaceleração do crédito, que combinado com a fraca retomada da economia desde então, contribuíram para a maior liquidez observada no Sistema. Soma-se a isso a diversificação do *funding* junto à pessoa física dos bancos menores, que permitiram que alguns bancos captassem recursos em montante superiores à expansão dos empréstimos.



Para 2019 acreditamos que esse quadro de elevada liquidez deve perdurar. Caso ocorra uma aceleração na concessão de empréstimos, os níveis atuais de Liquidez serão reduzidos para financiar esse crescimento, o que acreditamos não ser, no curto prazo, um potencial aumento de risco para o Sistema, diante do elevado nível atual, medido por todos os indicadores calculados no RISKbank. No entanto, permanece o desafio para os bancos menores de alongar e diversificar captação, por serem mais suscetíveis a conjunturas adversas.

FUNDING – A busca por diversificação e mudança de mix

Como positivo, desde 2017 o perfil de captação dos bancos menores vem se alterando e mostrando maior pulverização com o avanço das captações junto a pessoas físicas. Neste período, a modalidade de Depósitos a Prazo, LCA, LCI e LAM voltaram a ganhar relevância, captados através de parcerias com corretoras e distribuidoras, bem como via banco digital, facilitando o acesso ao varejo, já que não possuem rede de agências. Em alguns bancos pequenos essa modalidade junto à PF já representa mais da metade de sua captação.

Essa conquista vem sendo importante para esses bancos, proporcionando maior pulverização do passivo, já que essa sempre foi uma desvantagem dos bancos médios em relação aos grandes que atuam no varejo, que por não possuírem uma rede de agências dependiam de recursos de grandes investidores, portanto mais concentrados.

Em paralelo, as corretoras vêm ganhando maior participação no mercado, atraindo novos clientes com produtos de renda fixa que oferecem maior rentabilidade e risco controlado. Lembramos que esse movimento começou a tomar corpo em 2013, com o aumento da cobertura que o Fundo Garantidor de Crédito paga por CPF para R\$ 250 mil e, posteriormente, com a autorização da abertura de contas digitais. Os bancos médios que têm se destacado nesta modalidade de captação são: Sofisa, Original, Inter, BMG, BTG Pactual, Fibra, Agibank, BS2, Pan, Pine e Indusval.

No *ranking* da Cetip, a captação via Depósitos a Prazo está em primeiro lugar, com R\$ 872 bilhões em 06/05/2019, vindo em seguida as Letras Financeiras com um volume de R\$ 341 bilhões, LCIs com R\$ 152 bilhões, LCAs com R\$ 75 bilhões e os DPGEs com R\$ 891 milhões. Observamos que o saldo das LFs se reduziu, refletindo a lenta retomada do crédito e a busca por captações de custos menores. Da mesma forma, o saldo de LCI se reduziu com a diminuição do crédito imobiliário, bem como os DPGEs, visto que nesse último o Bacen tem exigido garantias de carteiras de crédito para conceder o seguro garantia.

Em dez.18 o CMN aprovou outra medida visando incrementar a liquidez, aprimorar o processo de formação de preços dos títulos e incentivar o alongamento dos prazos de captação, ao permitir operações compromissadas de Letras Imobiliárias Garantidas (LIGs) e Letras Financeiras (LFs). As compromissadas são operações de compra ou venda de títulos com compromisso de revenda ou recompra em uma data futura, anterior ou igual ao vencimento dos papéis.

Baixa dependência do Funding Externo

A alta volatilidade do dólar verificada em 2018 e no 1T19, em conjunto com a elevada liquidez local, manutenção da Selic em baixo patamar e a lenta recuperação do crédito, reduziram a atratividade por captações externas neste período. O RISKbank considera positiva essa estratégia, demonstrando baixa dependência dos bancos brasileiros por recursos externos. Caso a demanda de crédito volte a aumentar de forma mais expressiva em 2019, principalmente para o comércio exterior, esses recursos poderão voltar a crescer nos próximos anos.

Elevado potencial de emissões de títulos via mercado de capitais

Pelo lado das emissões de títulos no mercado de capitais, depois do recorde em emissões de debêntures em 2018, com R\$ 147 bilhões, segundo levantamento da B3, espera-se outro ano aquecido para essas operações em 2019. A manutenção da taxa Selic em patamar baixo, a maior demanda dos investidores por crédito privado (ou apetite ao risco) e a perspectiva de retomada dos investimentos com a aceleração da economia devem impulsionar as ofertas.

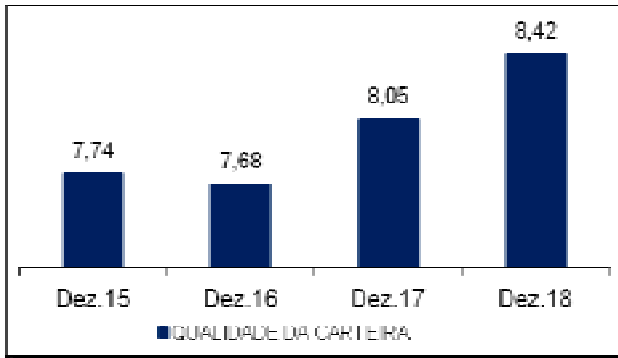
Soma-se a essa combinação o custo mais atrativo em captar no mercado doméstico em comparação ao externo. Logo, o mercado de capitais deve ganhar maior relevância no financiamento das empresas, no âmbito de um novo Governo em que o crédito subsidiado tende a diminuir. As estimativas são de mais um ano recorde de emissões de debêntures, cujo avanço poderá atingir 40% em 2019, frisando-se que a alta em 2018 foi de 52%.

Dado o custo de emissão mais baixo e a maior demanda por papéis de crédito privado, cresce o número de empresas que acessam o mercado de dívida local pela primeira vez. Os bancos, inclusive, têm ampliado as equipes da área de mercado de capitais para atender empresas de menor porte, o que tem possibilitado ampliar a quantidade de emissores.

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), junto com a B3, vêm discutindo com o grupo de trabalho de mercado de capitais liderado pelo Ministério da Fazenda a

possibilidade de que sociedades limitadas possam emitir debêntures, o que ampliaria ainda mais o universo de emissores e possibilitaria as empresas de menor porte ter acesso ao mercado de capitais. Esses papéis seriam destinados a investidores qualificados, que conseguem realizar melhor a avaliação dos riscos. Na quadra atual, as sociedades anônimas de capital fechado podem emitir debêntures e responderam por 62% das emissões realizadas em 2018.

QUALIDADE DOS ATIVOS – A pulverização dos empréstimos conseguiu mitigar o risco.

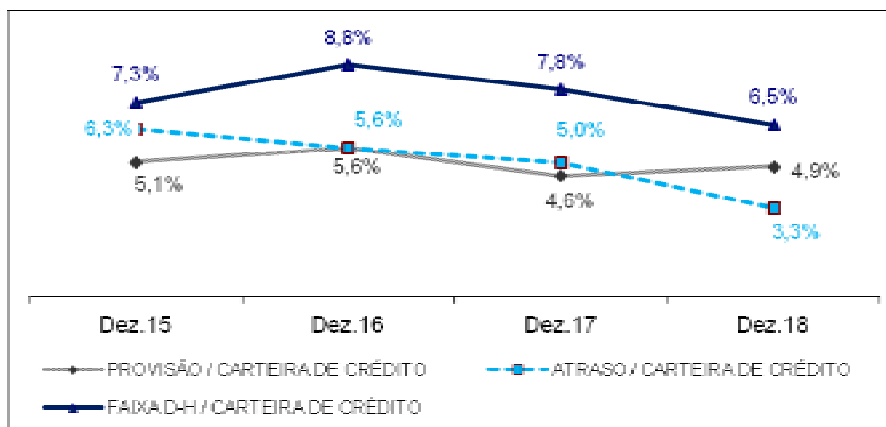


Em dez.18 o índice de qualidade da carteira dos bancos médios atingiu seu melhor patamar, após dois anos se recuperando da forte crise que deteriorou o crédito corporativo no Brasil. Contribuíram para isso a lenta recuperação econômica, os *writes offs* realizados, renegociações, maior rigor nas políticas de crédito, baixo crescimento dos empréstimos, busca por operações com PFs que oferecem melhores colaterais (consignado e veículos), e queda nos índices de inadimplência, tanto de pessoas físicas como jurídica.

O patamar em que se encontra é superior ao que se observava antes da crise, mostrando que os bancos estão saneados para enfrentar um novo ciclo de crescimento do crédito e acumulação de novos riscos, caso as condições econômicas permaneçam favoráveis. No entanto, ainda há riscos em algumas grandes empresas e setores, que podem se agravar em 2019, exigindo mais provisões.

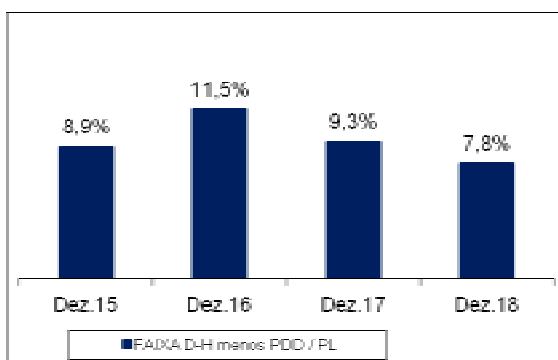
No decorrer de 2018, vimos ainda um movimento por parte dos bancos de menor porte de reversão de provisões, aproveitando a melhora do mercado e contribuindo para a Rentabilidade. Com isso, o índice médio de provisão sobre a Carteira foi reduzido para 4,9%, patamar ainda considerado adequado para o atual nível de crescimento do crédito. Observamos, contudo, algumas instituições que ainda sentiram o peso da inadimplência de empresas grandes e reforçaram tardiamente provisões em 2018 em valores superiores ao ano anterior.

Na nossa visão, caso o crédito volte a crescer de forma mais acelerada em 2019, os bancos de menor porte podem assumir maiores riscos em tomadores de pior qualidade, tanto de PJ como PF, o que voltaria a deteriorar a qualidade de suas carteiras. Além disso, o prolongado ciclo de recessão combinado com o endividamento ainda elevado das famílias, alta taxa de desemprego, além da elevada dívida do setor público, podem continuar pressionando o risco de crédito de Sistema em 2019, exigindo cautela.



Fechando a lente na amostra dos bancos de menor porte, a inadimplência acima de 15 dias vem mostrando queda desde 2017. Da mesma forma, o total da carteira classificada entre as faixas D-H passou para 6,5% em dez.18. Os dados do 1T19 divulgados pelo BACEN da inadimplência do Sistema corroboram essas afirmativas.

STRESS TEST



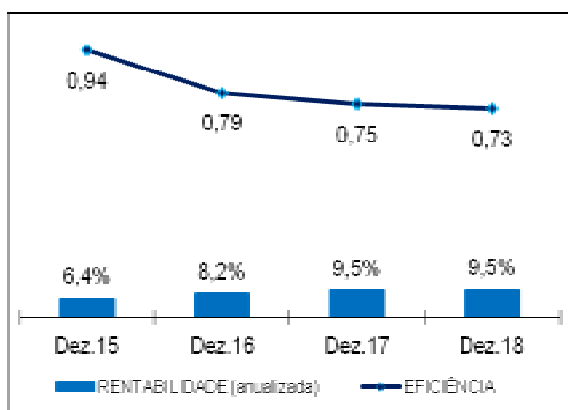
A melhora nos indicadores de crédito em 2018 reduziu a necessidade de mais capital para fazer face a uma deterioração do crédito. Ao realizarmos um *stress test*, considerando que todos os créditos classificados na faixa D-H se tornem inadimplentes, encontramos um elevado percentual de 7,8% do Patrimônio Líquido dos bancos menores, que não estão provisionados. No entanto, o confortável nível de Basileia com que operam (Nível I médio de 18,2% em dez.18) mostra que os bancos possuem reservas para realizarem novas provisões.

Quando nos voltamos para a carteira de PJ, especialmente as grandes corporações, embora ele venha em declínio desde 2016, preocupa ainda o elevado volume de *write offs* e créditos renegociados nos últimos três anos, além do expressivo número de requerimentos de recuperação judicial, o que termina por mascarar a real inadimplência, jogando os problemas para frente. O RISKbank continua monitorando os bancos menores que operam com empresas *corporate* e *tickets* médios elevados, além de concentração em setores ainda com dificuldades, como, por exemplo, o setor de óleo e gás, infraestrutura, engenharia, incorporadoras, construção civil, açúcar e álcool, entre outros.

No segmento de pessoas físicas, com ênfase no consignado e veículos, e PMEs, os bancos sentiram melhora nos índices de inadimplência a partir do 4T17 e em 2018, diante dos melhores colaterais desses produtos e liquidez dos recebíveis. Destaca-se também a melhora mercadológica no setor de veículos, com aquecimento nas vendas.

Todavia, para 2019, caso as perspectivas de maior crescimento não se materializem, continuaremos acompanhando com cautela os produtos de crédito imobiliário, consignado privado e estadual, além do crédito ao consumo, cartão de crédito e crédito pessoal, diante dos maiores riscos envolvidos nestes produtos, conforme frisado.

RENTABILIDADE X EFICIÊNCIA – spreads mais estreitos e busca por diversificação



O ROE dos bancos pequenos e médios em 2018 se manteve em linha com o de 2017 e continua beneficiado pela queda das despesas com provisões para crédito, reversões, bem como o crescimento da carteira de crédito em linhas mais rentáveis para pessoas físicas e PME. Esse movimento tem compensando o efeito da queda da SELIC sobre os “spreads” e receitas de tesouraria. A partir deste trimestre já se constatou uma melhora na margem financeira dos bancos que cresceram carteira de crédito, mais especificamente para o segmento de varejo e PMEs.

Embora melhor, o patamar médio de ROE dos bancos menores de 9,5% a.a. em 2018 é considerado baixo quando comparado aos bancos grandes, prejudicado pela pouca diversificação desses bancos, menores volumes de crédito, despesas com reestruturação operacional, pesados investimentos em tecnologia e inovações e queda das receitas de tesouraria e serviços.

Quando nos voltamos para os bancos médios focados em crédito massificado, em especial consignado e veículos, temporariamente os *spreads* nas operações de crédito permanecem altos, diante das taxas prefixadas mais elevadas das operações antigas e o menor custo de captação com a queda da SELIC. Contudo, essa condição vem se alterando com o vencimento das operações de crédito antigas.

Já os bancos que operam crédito na modalidade de atacado e que dependem também do resultado de tesouraria, esses sentiram com mais intensidade a travessia desse período de crise, dado o elevado *ticket* médio com que operam, as altas provisões realizadas, a queda no resultado de tesouraria e a baixa diversificação de receitas.

Os bancos de investimentos também registraram menor performance em 2018, prejudicados pelo menor volume de negociação nos mercados de renda fixa e variável, tendo em vista a maior volatilidade nos mercados financeiros locais e externos, associada às incertezas políticas durante o período eleitoral e as preocupações quanto ao cenário externo.

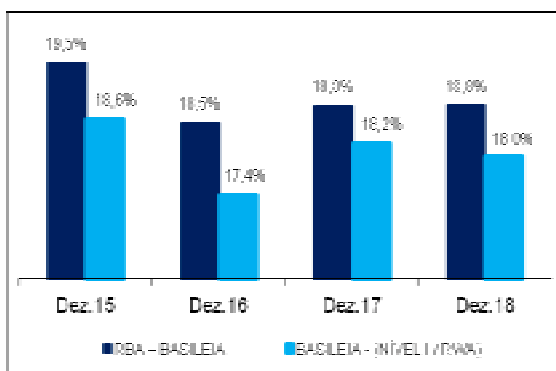
Eficiência – ganhos mais difíceis de serem alcançados

Desde 2015 o índice de Eficiência dos bancos médios veio se ajustando ao menor nível de atividades, após passarem por um prolongado período de estrito controle de custos. Porém, no decorrer de 2018 esses ganhos ficaram mais difíceis de serem alcançados por conta da queda do nível de negócios, dada as incertezas políticas e a necessidade de pesados investimentos em tecnologia para se enquadrar à nova revolução digital.

Creemos que para 2019, caso a economia volte a crescer com mais intensidade, a situação financeira das empresas deve melhorar mais rapidamente, propiciando ampliação do crédito e novas reversões de provisão, com impactos positivos sobre a rentabilidade do setor. Além disso, contarão com receitas de serviços mais robustas, diante do aumento do volume de transações em todos os mercados.

Alertamos apenas para as dificuldades que serão enfrentadas pelos bancos médios que operam concentrados em ativos e receitas, com baixa capacidade de *cross selling*, *funding* caro e que precisam inovar para expandir a base de clientes e se especializar em produtos e serviços.

BASILEIA 3 & QUALIDADE DO CAPITAL – Bancos preparados para alavancar



Em 2018 foram concluídos todos os ajustes e deduções regulamentares no Capital Principal referentes ao crédito tributário, intangíveis e participações, e em 2019 as normatizações de Basileia III passaram a vigorar na plenitude. O gráfico ao lado mostra que os bancos pequenos e médios permanecem capitalizados, mesmo após todos os ajustes citados, com índice médio bem acima do mínimo exigido. O Capital de melhor qualidade (Nível 1) encerrou 2018 em 18%, lembrando que o mínimo requerido é de 7,875%.

Na amostra RISKbank, apenas o Banco Indusval & Partners e Banco Máxima apresentaram Alerta neste indicador. Nestes casos, o RISKbank está monitorando de perto a evolução.

A partir deste ano, pelas normas de Basileia 3, será exigido para os bancos um percentual de 7,0% de Capital Principal + ACP a 10,5% de Capital Total + ACP de seus ativos, o que acreditamos não ser problema para a grande maioria dos bancos no Brasil. Para os bancos maiores, considerados sistemicamente importantes, será acrescido 1% a esses percentuais.

Caso ocorra o crescimento mais acelerado do crédito em 2019, isso irá refletir em crescimento dos ativos ponderados pelo risco dos bancos, exigindo maior requerimento de capital. Para os bancos no Brasil isso não será um problema, pois além de operarem com larga folga neste indicador, possuem boa capacidade de geração de lucros.

Em 2018 o BCB promoveu também ajustes na abordagem padronizada de risco de crédito, utilizada para cálculo do requerimento de capital das instituições financeiras, aprimorando, principalmente, sua sensibilidade a riscos.

Acordo de Basileia IV

Relembre-se que no final de 2017 o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia propôs um conjunto de requisitos de capital rotulado por Basileia IV. Esse acordo define novas regras para o cálculo de ativos ponderados pelo risco (RWA) utilizando métodos padronizados mais sensíveis ao risco e maiores limitações à utilização de modelos internos, incluindo um limite mínimo de requisitos de capital (*capital floor*) de 72,5%. No acordo de Basileia IV, as metodologias *standard* credíveis foram consideradas necessárias para suportar modelos internos de risco, permitindo que seja solicitado a um banco passar de uma abordagem modelizada para uma abordagem padrão, sempre que se verifique desconforto na qualidade dos modelos internos. O patamar mínimo terá de ser introduzido gradualmente no prazo de cinco anos a partir de 2022.

Globalmente, as mudanças propostas afetarão com mais intensidade os bancos de porte, que utilizam metodologias internas de risco para definir o capital necessário para cobrir os riscos de crédito, operacional e de mercado. Contudo, consideramos essas mudanças positivas para reforçar a estabilidade do Sistema bancário e não vemos grandes desafios aos bancos grandes no Brasil em se ajustar aos novos requisitos.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Cronograma de Implantação de Basileia III	A partir de 1º de janeiro				
	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Principal	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Nível I	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
Capital Total	11%	9,875%	9,25%	8,625%	8,0%
Adicional de Capital Principal (ACP)	0,0%	0,625%	1,50%	2,375%	3,5%
de Conservação	0%	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
Contracíclico ⁽¹⁾	0%	0%	0%	0%	0%
de Importância Sistêmica	0%	0%	0,25%	0,5%	1,0%
Capital Principal + ACP	4,5%	5,125%	6,0%	6,875%	8,0%
Capital Total + ACP	11,0%	10,5%	10,75%	11,0%	11,5%
Deduções dos Ajustes Prudenciais	40%	60%	80%	100%	100%

⁽¹⁾ Atualmente, conforme a Circular BACEN 3.788, o valor requerido para o parcela ACP *Contracíclico* é igual a zero.

ALTERAÇÕES NOS RATINGS

Como reflexo da gradual melhora nos fundamentos dos bancos citados, entre janeiro de 2018 e maio de 2019 o RISKbank concedeu vinte e oito *upgrades* e sete *downgrades*, sendo os a seguir demonstrados no último trimestre de 2018.

	BANCOS	CLASSIFICAÇÃO DE RISCO – DEZ/18	CLASSIFICAÇÃO DE RISCO – SET/18
↑	BANCO DO BRASIL	BRLP 2 (+)	BRLP 2
↑	BDMG	RA90 (+) (*IP)	RA90 (*IP)
↑	BNDES	BRLP 2 (+)	BRLP 2
↑	BR PARTNERS	BRCP 1 (*IP)	BRCP 2 (*IP)
↑	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	BRLP 2 (+)	BRLP 2
↓	CONGLOMERADO FINANCEIRO ORIGINAL	BRCP 2 (-)	BRCP 2
↑	MERCANTIL DO BRASIL	RA90 (+)	RA90
↑	PAN	BRMP 2 (+)	BRMP 2
↓	PAULISTA	EM OBSERVAÇÃO	BRCP 1
↑	TRIÂNGULO	BRMP 1	BRMP 2 (+)

MEDIDAS RELACIONADAS AO MERCADO FINANCEIRO (18/01/2019 a 06/05/2019)

Resolução 4.716 – 25.04.19 –O CMN decidiu que as cooperativas singulares de crédito poderão, a partir de 1º de julho, solicitar autorização para captar depósitos de poupança rural. O objetivo da medida é ampliar as fontes de recursos para o crédito rural e aumentar a competição nesse segmento, por intermédio do aumento da autonomia de captação das cooperativas e do aproveitamento da capilaridade dessas entidades, o que resultará no crescimento dessa modalidade de crédito. No presente ano agrícola, as cooperativas de crédito responderam por R\$ 21,8 bilhões em financiamentos rurais. Para captar depósitos de poupança rural, as cooperativas já terão que possuir autorização para realizar essas operações. Os depósitos deverão ser direcionados às centrais e confederações dessas cooperativas, que terão a responsabilidade pelo controle dos cumprimentos dos direcionamentos. As instituições financeiras autorizadas a captar recursos por meio da poupança rural são obrigadas a direcionar 60% dos valores captados para operações de crédito rural. No corrente ano agrícola, esse direcionamento significou um volume de R\$ 38,2 bilhões – valor que corresponde a 29,7% dos recursos destinados ao financiamento aos produtores. Inicialmente, as cooperativas terão que cumprir um direcionamento menor, de 20%. Esse percentual irá subindo gradualmente até chegar aos 60%. Pelas regras atuais, só podiam captar depósitos de poupança rural: o Banco da Amazônia S.A.; o Banco do Brasil S.A.; o Banco do Nordeste do Brasil S.A.; os bancos cooperativos e instituições integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), quando operarem em crédito rural. O CMN também decidiu fazer mais um ajuste no Manual de Crédito Rural (MCR). As regras dos Depósitos Interfinanceiros Vinculados ao Crédito Rural (DIR) foram adaptadas às modificações feitas em fevereiro, quando foi definido que os recursos captados via Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) alocados para o crédito rural pudessem ser aplicados em condições livremente pactuadas entre as partes. Com a modificação foi criado o DIR-LCA, para o cumprimento do direcionamento da LCA a taxas livremente pactuadas.

Comunicado 33.455 – 24.04.19 - O BC deu início ao processo de implementação do Open Banking com objetivo de aumentar a eficiência e a competição no Sistema Financeiro Nacional e abrir espaço para a atuação de novas empresas do setor. O Comunicado estabelece as principais diretrizes que irão orientar a proposta de regulamentação do modelo a ser adotado no Brasil. Com o Open Banking, o BC busca aumentar a eficiência no SFN, mediante a promoção de ambiente de negócio mais inclusivo e

competitivo, preservando sua segurança e a proteção dos consumidores. Em linha com a recém aprovada Lei de Proteção de Dados Pessoais, o Open Banking parte do princípio de que os dados bancários pertencem aos clientes e não às instituições financeiras. Dessa forma, desde que autorizadas pelo correntista, as instituições financeiras compartilharão dados, produtos e serviços com outras instituições, por meio de abertura e integração de plataformas e infraestruturas de tecnologia, de forma segura, ágil e conveniente. Os requisitos estabelecidos pelo BC indicam que deverão ser compartilhadas, inicialmente, as seguintes informações e serviços: I - produtos e serviços oferecidos pelas instituições participantes; II - dados cadastrais dos clientes; III - dados transacionais dos clientes e IV - serviços de pagamento. Por meio do Open Banking, clientes bancários poderiam, por exemplo, visualizar em um único aplicativo o extrato consolidado de todas as suas contas bancárias e investimentos. Também será possível, por este mesmo aplicativo, realizar uma transferência de recursos ou realizar um pagamento, sem a necessidade de acessar diretamente o *site* ou aplicativo do banco.

Circular 3.935 – 04.04.19 - O BC definiu a regras do direcionamento de recursos do sistema financeiro para operações de microcrédito produtivo orientado. A Circular estabelece quais rubricas contábeis devem ser utilizadas para calcular o valor sujeito ao direcionamento e determina que as instituições sujeitas ao direcionamento (bancos captadores de depósitos à vista e instituições que captem recursos de outras instituições especificamente para aplicação em operações de microcrédito) devem enviar mensalmente ao BC os saldos diários das operações de microcrédito. A Circular sujeita ainda a instituição que não cumprir integralmente o direcionamento e não recolher o valor correspondente ao BC (sem remuneração) ao pagamento de custo financeiro sobre as deficiências apuradas.

Circular 3.930 – 14.02.19 – O BC amplia e padroniza a divulgação de informações qualitativas e quantitativas divulgadas por instituições financeiras sobre o cálculo do seu capital, o cumprimento de limites prudenciais e o gerenciamento de riscos. Para que o acesso a essas informações seja o mais simples e amplo possível, elas deverão ser publicadas em formato aberto padronizado para permitir a captura automatizada de dados, facilitando o uso das informações por investidores, pesquisadores e demais interessados. A iniciativa visa fomentar a disciplina de mercado, além de acrescentar novas exigências de divulgação em relação às atuais obrigações de transparência. A circular consolida requisitos atualmente dispersos em outros normativos. Alinhado ao objetivo de segmentação e proporcionalidade regulatória previsto na Agenda BC+, os requerimentos serão aplicados de forma proporcional, conforme o enquadramento de cada instituição nos segmentos S1,S2,S3 ou S4, considerando seu tamanho e importância sistêmica. As novas regras entram em vigor em 2020.

NÚMERO DE BANCOS NA CLASSIFICAÇÃO

A classificação referente ao ano de 2018 é composta de 85 bancos.

Deixou de fazer parte da nossa amostra apenas o Banco BRB, por atraso na divulgação de suas demonstrações financeiras de 2018.

ANEXOS

VARIAÇÃO DO ÍNDICE RISKbank®

	DEZEMBRO DE 2018
MÁXIMO	13,76
MÉDIA	10,00
MÍNIMO	5,05
DESVIO PADRÃO	1,00

Obs.: Este quadro é uma simulação. O MÁXIMO representa um banco que tivesse as melhores notas de cada indicador, e o MÍNIMO as piores. Naturalmente nenhum banco da amostra alcança esses números, que servem apenas como referência para as notas

MÉDIA DOS INDICADORES DE RISCO E PERFORMANCE DOS BANCOS PEQUENOS E MÉDIOS

INDICADORES BANCOS PEQUENOS E MÉDIOS	Dez.15	Dez.16	Set.17	Dez.17	Set.18	Dez.18
LIQUIDEZ CORRENTE	1,94	2,06	2,09	2,06	2,27	2,08
LIQUIDEZ DE CURTO PRAZO	1,20	0,96	0,82	0,82	0,99	1,28
CAIXA / DEPÓSITOS TOTAIS + LCA + LCI	62%	73%	77%	74%	88%	103%
SOLVÊNCIA	1,13	1,14	1,16	1,17	1,15	1,15
QUALIDADE DA CARTEIRA	7,74	7,68	7,84	8,05	8,25	8,42
INADIMPLÊNCIA / CARTEIRA DE CRÉDITO	6,30%	5,59%	5,60%	5,04%	4,17%	3,33%
INADIMPLÊNCIA / PATRIMONIO LÍQUIDO	19,14%	18,50%	16,43%	15,24%	12,93%	11,31%
FAIXA D-H menos PDD / PL	8,92%	11,46%	10,27%	9,28%	7,58%	7,78%
FAIXA D-H / CARTEIRA DE CRÉDITO	7,34%	8,75%	8,43%	7,81%	7,87%	6,50%
RENTABILIDADE (anualizada)	6,35%	8,23%	8,27%	9,45%	9,40%	9,51%
EFICIÊNCIA	0,94	0,79	0,81	0,75	0,74	0,73
ALAVANCAGEM	6,63	6,03	6,04	6,07	6,66	6,87
RBA – BASILEIA	19,48%	18,52%	19,51%	18,79%	18,80%	18,80%
BASILEIA - (TIER I / RWA)	18,57%	17,36%	18,90%	18,18%	17,94%	17,98%
CONCENTRAÇÃO EM OP.DE CRÉDITO	48,04%	46,37%	48,75%	50,24%	45,92%	45,78%
CONCENTRAÇÃO EM TVM	21,79%	21,20%	19,64%	18,94%	18,71%	18,75%
CONC. EM CÂMBIO	4,73%	4,61%	5,02%	4,22%	6,53%	6,16%
PROVISÃO / CARTEIRA DE CRÉDITO	5,07%	5,58%	4,97%	4,56%	4,71%	4,91%
PROVISÃO / INADIMPLÊNCIA	126,3%	139,8%	135,9%	147,2%	210,0%	201,94%
PROVISÃO REALIZADA / PROV.REQUERIDA	104%	104%	104%	108%	115%	118%
ATIVOS INTANGÍVEIS /PL	15,94%	16,09%	15,31%	15,85%	17,58%	16,30%
OPERAÇÃO DE CRÉDITO / PL	4,25	4,05	3,97	4,08	3,72	3,87
RENEGOCIADOS / CARTEIRA DE CRÉDITO	3,87%	8,07%	2,80%	5,43%	3,86%	4,29%